Geopolítica da Floresta: histórias não contadas da Amazônia (Paper 584)

Eduardo José Monteiro da Costa[1]

RESUMO

Este artigo recupera episódios históricos relevantes, porém pouco conhecidos, que subsidiam o debate contemporâneo sobre sustentabilidade, soberania e desenvolvimento da Amazônia. Organiza-se em duas partes. A primeira estabelece parâmetros institucionais indispensáveis à análise do desenvolvimento amazônico, permitindo ultrapassar visões meramente descritivas dos fenômenos sociais. A segunda examina seis eventos que tensionaram a soberania nacional na região: (i) a ocupação e a demarcação da Amazônia brasileira, bem como a disputa pelas Guianas; (ii) o Plano Maury e a proposta da "República Amazônica"; (iii) o conflito pelo território do Acre na virada do século XIX para o XX; (iv) o interesse nazista pela Amazônia e o plano de invasão das Guianas; (v) a tentativa de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA); e (vi) o Projeto dos Grandes Lagos na Amazônia. A conclusão articula esses acontecimentos ao debate atual, demonstrando como as lições do passado podem orientar escolhas presentes e futuras para a região.

Palavras-chave: Amazônia. Geopolítica. Soberania. Desenvolvimento.

1 Doutor em Economia pela Unicamp e professor da Faculdade de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (PPGGP/NAEA), ambos da UFPA. Correio eletrônico: ejmcosta@ufpa.br .

ABSTRACT

This article revisits relevant, yet little-known, historical episodes that inform the contemporary debate on sustainability, sovereignty, and development in the Amazon. It is organized into two parts. The first establishes institutional parameters essential to the analysis of Amazonian development, allowing us to move beyond merely descriptive views of social phenomena. The second examines six events that strained national sovereignty in the region: (i) the occupation and demarcation of the Brazilian Amazon, as well as the dispute over the Guianas; (ii) the Maury Plan and the proposed "Amazonian Republic"; (iii) the conflict over the territory of Acre at the turn of the 19th to the 20th century; (iv) Nazi interest in the Amazon and the planned invasion of the Guianas; (v) the attempted creation of the International Institute of Amazonian Hylaea (IIHA); and (vi) the Great Lakes Project in the Amazon. The conclusion connects these events to the current debate, demonstrating how lessons from the past can guide present and future choices for the region.

Keywords: Amazon. Geopolitics. Sovereignty. Development.

INTRODUÇÃO

As discussões sobre sustentabilidade e mudanças climáticas colocam a Amazônia no centro dos debates internacionais (Da Costa, 2024). Entretanto, repete-se um padrão histórico: as estratégias propostas derivam de interesses, condicionantes e macrodecisões externas, ignorando a história, características institucionais, singularidades e potencialidades da região, bem como as necessidades de sua população e particularidades da sua ordem social. Em síntese, os debates ocorrem em boa medida à margem da sociedade local, e as ações são pensadas para ocorrer na Amazônia, mas não para beneficiar os amazônidas[2].

Decorrente do desconhecimento dos condicionantes históricos e institucionais que moldaram a ordem social amazônica e determinaram sua dependência de trajetória, a superficialidade é a marca de boa parte dos debates sobre a região. Em boa medida, limitam-se ao fenômeno aparente — como, por exemplo: pobreza, desigualdade, conflitos fundiários, baixa inovação tecnológica e agregação de valor da economia regional ou desmatamento —, desconsiderando as causas estruturais que moldaram a espacialidade de seu subdesenvolvimento e que se manifestam numa sociedade de contrastes. Há setores econômicos proeminentes, como a mineração e o agronegócio, mas, paradoxalmente (ou consequentemente)[3]: (i) uma parcela significativa da população sobrevive em situação de vulnerabilidade social, sem acesso às liberdades instrumentais fundamentais[4]; (ii) a dinâmica demográfica, derivada das políticas públicas e das atividades econômicas estimuladas, causou (e continua causando) impactos socioambientais relevantes; (iii) a violência endêmica – decorrente de conflitos fundiários e do aumento da criminalidade, tanto no campo quanto nas cidades (em especial com o avanço do narcotráfico) – assume um nível expressivo.

Por consequência, muitas soluções mostraram-se insatisfatórias (incompletas ou inadequadas) ao desconsiderar as especificidades geográficas, ecológicas e sociais da região e, por vezes, tratar os amazônidas como uma variável exógena ou marginal (de menor valor). Paralelamente, em movimentos espasmódicos, a questão da soberania nacional retorna à pauta; um debate indispensável, mas reconhecidamente complexo, que não pode ser guiado unicamente por interesses externos nem permanecer na superficialidade.

Este texto foi, portanto, elaborado para instrumentalizar o debate contemporâneo sobre sustentabilidade, soberania nacional e desenvolvimento da Amazônia por meio do resgate de episódios históricos relevantes, alguns ainda pouco conhecidos. Essas histórias oferecem lições ao presente e ajudam a evitar a repetição de erros cometidos no passado.

Em consonância com esse objetivo, organiza-se em duas partes. A primeira estabelece parâmetros institucionais indispensáveis à análise do desenvolvimento amazônico, permitindo ultrapassar visões meramente descritivas dos fenômenos sociais. A segunda

2 A estimativa do IBGE é que, para o ano de 2022, havia 29,5 milhões de habitantes na Amazônia Legal.

3 Há um debate relacionado à "maldição dos recursos naturais". Alguns teóricos estabelecem uma relação direta entre a abundância de recursos naturais, como petróleo, mineração ou mesmo terras agricultáveis e a persistência do subdesenvolvimento de determinados países e regiões. Outro exemplo está relacionado à questão do determinismo geográfico. Segundo alguns autores, uma região de floresta tropical, devido às suas características climáticas, dificilmente viabilizaria as condições adequadas para o desenvolvimento ("inferno verde"). Esse debate, contudo, foge ao propósito do texto.

4 Consideram-se liberdades instrumentais fundamentais: liberdades políticas, oportunidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. A este respeito, ver: Sen (2000).

examina seis eventos que tensionaram a soberania nacional na região: (i) a ocupação e a demarcação da Amazônia brasileira, bem como a disputa pelas Guianas; (ii) o Plano Maury e a proposta da "República Amazônica"; (iii) o conflito pelo território do Acre na virada do século XIX para o XX; (iv) o interesse nazista pela Amazônia e o plano de invasão das Guianas; (v) a tentativa de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA); e (vi) o Projeto dos Grandes Lagos na Amazônia. A conclusão articula esses acontecimentos ao debate atual, demonstrando como as lições do passado podem orientar escolhas futuras.

PARÂMETROS INICIAIS PARA A ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

Em decorrência de questões ambientais, geopolíticas e econômicas, a Amazônia tornou-se alvo de crescentes interesses internacionais e de recorrentes debates acadêmicos e midiáticos em múltiplas escalas (local, nacional e internacional). Observa-se, contudo, uma notória desconexão deles com ações concretas capazes de viabilizar a superação do subdesenvolvimento pela via de um modelo de desenvolvimento regional alternativo – necessário e factível – que aproveite as potencialidades locais e, a partir delas abram deliberadamente "janelas de oportunidade", gerando uma trajetória sustentada por instituições inclusivas e por uma economia: (i) mais diversificada e criativa; (ii) com maior incorporação de valor, conhecimentos e tecnologia; (iii) com transbordamento de renda, alavancagem social e promoção de liberdades instrumentais; e (iv) indutora da conservação ambiental.

Dependendo da cosmovisão ou dos interesses – algumas vezes velados, outras nem tanto – daqueles que ousam tentar compreendê-la ou falar em seu nome (ou "em sua defesa"), a Amazônia é frequentemente reduzida a caricaturas desprovidas de adequado entendimento da sua história, características, singularidades, complexidade, e dos reais desafios que a ela e aos seus habitantes se apresentam. Além disso, os amazônidas são frequentemente preteridos, tratados como cidadãos de segunda categoria, ou mesmo omitidos (tornados "invisíveis")[5]. Repete-se um padrão histórico que percebe a região como um espaço inabitado, um vazio a ser explorado, protegido ou preservado, numa constante e trágica oscilação entre interesses econômicos estritos e um preservacionismo absoluto.

Não por acaso, o discurso sobre a Amazônia oscila, de forma viesada e incompleta, entre os estereótipos: "inferno verde", "santuário intocável" ou "almoxarifado" do desenvolvimento alheio.

Na visão do "inferno verde", o clima hostil da floresta tropical impossibilita a edificação de um adequado padrão civilizacional. Há um determinismo geográfico que condena a sociedade amazônica ao subdesenvolvimento. É uma visão que permanece refém de modelos civilizacionais consagrados e teleológicos e, por isso, desconsidera a possibilidade – em especial por desprezar a capacidade de criatividade, inventividade e adaptabilidade humana – de se construir uma civilização singular, desenvolvida e sustentável nos trópicos.

5 Estes "invisíveis" estão tanto na periferia dos núcleos urbanos das cidades da Amazônia, como nas áreas rurais: são caboclos, quilombolas, indígenas, descendentes de migrantes, que submetidos aos impactos sociais dos ciclos econômicos ou atraídos para a região, permanecem à margem de condições sociais mínimas aceitáveis, não logrando as liberdades instrumentais fundamentais.

Na perspectiva do "santuário intocável", o imperativo preservacionista paralisa qualquer discussão sobre desenvolvimento. A floresta importa, é de inestimável valor; o homem nem tanto, é uma mera inconveniência a ser equalizada. Impõe-se aos amazônidas, como solução, uma inevitável trajetória de "subdesenvolvimento sustentável". É uma visão dicotômica que separa o homem do meio ambiente e não percebe que sem desenvolvimento humano não é possível alcançar o almejado desenvolvimento sustentável. Inclusão e alavancagem social caminham em paralelo com a sustentabilidade. Neste sentido, sem a inclusão do amazônida como problemática central, a conservação da floresta permanecerá comprometida.

A terceira visão, a da Amazônia como "almoxarifado" do desenvolvimento alheio, é agravada em virtude de a *hileia* permanecer no centro dos interesses internacionais, porém, fatidicamente, na periferia do interesse estratégico da nação brasileira[6]. Nela, a região se constitui como um mero apêndice da economia nacional ou mundial, uma plataforma logística de exportação de *commodities*, uma fronteira tropical de recursos naturais, uma periferia ativa na qual apenas o *fluxo out* assume caráter de relevância (o *fluxo in* e o desenvolvimento tornam-se impertinentes)[7]. Decorrente dela, as ações e intervenções ocorrem na Amazônia, e não para os amazônidas[8].

É, sobretudo, decorrente dessa terceira visão – aliada à percepção do vazio demográfico a ser conquistado e protegido (garantindo a soberania nacional) – que, ao longo do século XX, se sucederam ciclos econômicos que moldaram a atual geografia de seu subdesenvolvimento[9]. Trata-se de uma história marcada por um paradoxo que envolveu períodos de considerável crescimento das atividades econômicas, contudo, acompanhados pela expansão da violência e da vulnerabilidade social (pobreza, exclusão e desigualdade). Um paradoxo decorrente do modelo econômico implementado, da prevalência de instituições sociais extrativistas e das características da ordem social conformada. Portanto, a atual encruzilhada civilizatória na qual se encontra a Amazônia é um desenlace de sua história econômica e de sua formação institucional.

A tentativa de compreender melhor a dinâmica socioeconômica que moldou essa trajetória requer a compreensão, mesmo que de forma concisa, de três vetores: (i) as características da economia regional; (ii) a atuação direta do Estado; e (iii) os interesses das elites[10].

---

6 O termo hileia foi utilizado pela primeira vez pelo naturalista alemão Alexander von Humboldt (1769-1859) e pelo francês Aimé Bonpland (1773-1858) em alusão à floresta amazônica. O termo tem origem na palavra grega *hylaios*, que significa "selvagem". Na mitologia grega, Hileia era uma das ninfas da floresta.

7 Podemos citar como exemplos: (i) os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID) que integravam o Programa Brasil em Ação, lançado em 1996 pelo governo Fernando Henrique; (ii) a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) apresentada durante uma reunião de presidentes da América do Sul no ano de 2000 em Brasília; (iii) o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) lançado em 2007 pelo governo Lula; (iv) o Projeto Norte Competitivo da Ação Pró-Amazônia do Conselho Nacional das Indústrias (CNI) lançado em 2011.

8 Essa lógica é referendada quando as ações estratégicas pensadas para a região focam na viabilização de grandes projetos de infraestrutura e logística, indutores do crescimento da economia e das exportações regionais, porém sem ações correlatas para a sociedade regional capazes de mitigar os impactos socioambientais decorrentes e melhorar a qualidade de vida na região.

9 Dentre os ciclos econômicos que podemos citar estão o da: madeira, grandes projetos de infraestrutura e logística, mineração e agropecuária.

10 Para a adequada compreensão da dinâmica do (sub)desenvolvimento de uma região, é necessário contemplar de forma paralela e articulada as dimensões "tempo" e "espaço". Ou seja, temporalidade e espacialidade são perspectivas que formam um arranjo analítico condicionado pela ordem social estabelecida e por sua matriz socioinstitucional (conformada historicamente).

A economia da Amazônia é assentada na exportação de bens primários e semielaborados, destacando-se a exploração mineral, o agronegócio e a geração de energia elétrica. Esses setores atuam em certa medida como enclaves econômicos, promotores de um "efeito túnel": baixa causação circular cumulativa para o desenvolvimento regional, tênues efeitos encadeamentos com demais elos da cadeia produtiva local/regional e, justamente por isso, escassos vínculos intrarregionais[11].

Isso significa que esses setores não se constituem como efetivas forças motrizes do desenvolvimento local/regional em larga escala – portam um impacto local modesto ante ao volume de investimento ou fluxo de exportações que movimentam e aos impactos sociais que geram. Convém, todavia, necessariamente incluir como destacado componente da economia regional, porém com características distintas, mas também atuando como enclave, o Polo Industrial de Manaus (PIM). Administrado pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), o PIM conta atualmente com mais de 600 empresas divididas entre os setores comercial, agropecuário e industrial[12].

A "mão visível" do Estado brasileiro se apresenta como o segundo vetor. Em diversos períodos, as ações diretas ou os efeitos resultantes de políticas públicas de indução a ocupação e ao desenvolvimento regional desarticularam arranjos sociais pretéritos e tradicionais, ao mesmo tempo em que moldaram uma economia primária exportadora, com baixa agregação de valor e diminuta internalização da riqueza e da renda gerada[13]. Como exemplos, são passíveis de serem citados:

(i) A celebração dos Acordos de Washington (1942-1947), a Batalha da Borracha e a Criação do Banco de Crédito da Borracha (1942)[14], no decorrer do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945);

(ii) A criação da Amazônia Legal em 1953, durante o segundo governo Vargas (1951-1954), como região de planejamento e intervenção, tendo na elaboração do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, ao lado da criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) importantes instrumentos;

(iii) A construção, no governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira, da Rodovia Belém-Brasília como parte integrante do Plano de Metas (1956-1961), abrindo uma nova e importante via de integração da região com a economia nacional;

11 Especificamente no tocante à geração de energia elétrica, destacam-se: Belo Monte, com 11 mil megawatts de potência instalada; Tucuruí, com 8,5 mil; Jirau, com 3,7 mi;l e Santo Antônio, com 5,5 mil. Contudo, de acordo com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL, 2019), estão em operação atualmente 27 usinas hidrelétricas com capacidade de geração de 35 mil megawatts de potência instalada. Ademais, a Amazônia assume, de acordo com o Plano Nacional de Energia, caráter estratégico para a expansão da capacidade de geração energética do Brasil. Apenas a Bacia do Amazonas responde por 42,2% do potencial futuro de aproveitamento hidrelétrico (EPE, 2007).

12 Especificamente no setor industrial, destacam-se os segmentos de eletroeletrônicos, duas rodas e químico. Contudo, grande parte dos componentes produtivos é importada, limitando o efeito motriz do PIM na economia regional.

13Obviamente, não se está a afirmar que o período colonial, com o ciclo das drogas do sertão, ou o ciclo da borracha, não teve um importante caráter determinante na formação da região. Apenas está a ser pontuado o início de um período de intervenção mais sistemática e dirigida do governo federal.

14Em 1950, o Banco de Crédito da Borracha foi transformado em Banco de Crédito da Amazônia S.A., durante o governo de Eurico Gaspar Dutra. Em 1966, durante o governo de Castelo Branco, tornou-se o Banco da Amazônia S.A.

(iv) As ações estratégicas dos governos militares (1964-1985) através de iniciativas como a Operação Amazônia (1966) – com a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), do Banco da Amazônia S.A (BASA), do PIM e da Suframa –, e os planos de desenvolvimento da Amazônia (I PDA de 1972 a 1975 e II PDA de 1975 a 1979), o Polamazônia (1974) e o Programa Grande Carajás (1982);

(v) A execução de obras de infraestrutura econômica e logística durante o segundo governo Lula (2007-2010) através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com destaque para a construção de usinas hidrelétricas (Belo Monte, Santo Antônio e Jirau) e das eclusas da UHE de Tucuruí, e a continuidade da Ferrovia Norte-Sul[15].

Desse modo, a geografia socioeconômica da Amazônia atual é fruto de uma ação deliberada do Estado brasileiro que, ao longo de diferentes governos, adotou uma visão verticalizada (*top-down*), sustentada por um projeto nacional-desenvolvimentista dissociado de preocupações com a conservação da floresta[16]. Pelo contrário, acreditava-se cabalmente que o alcance do desenvolvimento regional, bem como a garantia da soberania nacional, perpassava ela ocupação demográfica e econômica da região, sendo para isso necessário desmatar a floresta, atrair investimentos e mão de obra, produzir e exportar[17].

Em terceiro lugar, porém precedendo os vetores anteriores, é oportuno esclarecer que a trajetória amazônica foi decisivamente influenciada por interesses das elites regionais e nacionais, frequentemente articulados a interesses externos, que reforçaram a matriz institucional extrativista e a ordem social regional de acesso limitado[18], ao passo em que moldavam a matriz econômica regional.

Dessa forma, interesses políticos e econômicos associados atuaram (e continuam atuando) numa contínua dinâmica de captura da renda regional (*rent-seeking*) mediante a troca de interesses (*logrolling*), ao mesmo tempo em que condenam a região a uma posição reflexa de macrodecisões externas[19]. Essa dinâmica histórico-institucional, ao passo em que dificulta a mudança de trajetória pela via de um modelo econômico alternativo, promoveu a:

(i) Agudização da desigualdade social e regional, com manutenção de uma parcela significativa da população em situação de vulnerabilidade social e pobreza (tanto urbana quanto rural);

15 A viabilização da Hidrovia do Araguaia-Tocantins pela construção das eclusas de Tucuruí ainda resta obstada pela não derrocada do Pedral do Lorenço. E a conclusão da Ferrovia Norte-Sul segue até o presente inconclusa.

16 Nesse período o nacional-desenvolvimentismo exerceu forte influência no processo de planejamento do desenvolvimento regional. Com principais referenciais destacam-se o pensamento estruturalista latino-americano, tendo em Raul Prebisch e Celso Furtado os seus autores seminais, e a chamada Economia do Desenvolvimento, com destaque para François Perroux, Albert Hirschman e Gunnar Myrdal. As ideias, sobretudo de Hirschman, tiveram forte influência na implantação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-1979), do II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1975-1979) e no Programa Grande Carajás (1982).

17 Neste ponto cabe uma advertência. É preciso tomar cuidado com análises cronocêntricas que retornam ao passado e julgam atores, circunstâncias e processos históricos com perspectivas culturais, éticas, morais, ambientais e até mesmo legais atuais, dissonantes, contudo, das épocas pretéritas em análise.

18 Para um aprofundamento teórico analítico sobre o conceito de matriz institucional extrativista e de ordem social aqui utilizado, recomenda-se: North; Wallis; Weingast (2009), Acemoglu; Robinson (2012; 2020), Da Costa (2019) e Da Costa; Borba (2024; 2025a; 2025b). Sobre a relação entre cultura, instituições e desenvolvimento, recomenda-se: Da Costa (2022).

19 Para uma melhor compreensão sobre os conceitos de *rent-seeking* e *logrolling* recomenda-se: Buchanan; Tullock (1962), Tullock; Sheldon; Brady (2002), Butler (2015) e Acemoglu; Robinson (2020).

(ii) Modelagem de um arranjo federativo profundamente deletério para com a maioria dos estados da Amazônia (excetuando-se o Amazonas em função dos incentivos fiscais do PIM), reduzindo a capacidade de promoção de políticas públicas dos seus estados e municípios[20];

(iii) Sedimentação de um processo econômico-social com fortes impactos ambientais através da destruição da floresta mediante incentivos ao desmatamento[21].

À vista disso, qualquer debate acerca do desenvolvimento sustentável da Amazônia requer o entendimento do substrato histórico-institucional que conformou a sua ordem social como de acesso limitado[22]. Essa ordem social regional modelou um Estado que, por influência de organizações (locais, regionais, nacionais e até mesmo mundiais), atua, em certa medida, com o objetivo de expropriação direta ou indireta da renda social. Direta quando a corrupção se torna endêmica, desviando recursos da sociedade. E indireta quando a gestão pública (nível estratégico) e a sua burocracia (nível operacional) são capturadas por grupos de interesses (políticos e econômicos) que manipulam a agenda pública em direção a políticas públicas, programas, investimentos e agendas que lhes favoreçam.

No bojo deste processo, convém clarear dois outros elementos característicos: a limitação de acesso e a violência. A limitação de acesso, como, por exemplo, no campo econômico e político, acaba estabelecendo monopólios e barreiras à entrada de novos agentes, impedindo a formação de mercados (econômicos e políticos) competitivos e, por consequência, o processo de destruição criativa, tanto em nível econômico quanto político (Acemoglu; Robinson, 2012; 2020; North; Wallis; Weingast, 2009a; 2009b)[23]. A violência, por seu turno, além de se materializar como fator restritivo para a ampliação da riqueza social, molda as dinâmicas de interação social da região. Em resumo, na Amazônia, onde o Estado não detém o monopólio da violência, esta se torna um mecanismo utilizado por grupos específicos para expropriar parte da renda social[24].

20 A título de exemplo podemos citar a Lei Kandir e a ilógica lógica de cobrança do ICMS da energia nos estados consumidores, deixando para a região apenas o ônus de mitigação dos impactos sociais e ambientais dos grandes projetos. A este respeito ver: Da Costa; Dias; Da Silva (2015) e Da Costa; Zurutuza; Da Silva (2017).

21 Há uma questão econômica que é determinante e precisa ser compreendida. Enquanto a floresta derrubada tiver mais valor econômico do que a floresta em pé a dinâmica do desmatamento tenderá a se manter.

22Conforme a Teoria das Ordens Sociais, existem três possíveis ordens sociais: primitivas, de acesso limitado (frágeis, básicas e maduras) e de acesso aberto. Especificamente as de acesso limitado, que se infere ser o caso da região amazônica, estas são estruturadas por organizações aderentes compostas por membros da elite que formam coalizões cuja existência depende da dinâmica de relacionamento mediada por suas disputas internas e pela apropriação da renda. Estas coalizões estabelecem uma estrutura de governança pautada em arranjos de poder que se nutrem de privilégios e rendas extraídas, além de limitar o acesso a novos participantes (em especial nos sistemas econômico e político). Este é o principal fator de caracterização dessas ordens como de acesso limitado (North; Wallis; Weingast, 2009a; 2009b; Da Costa; Borba, 2025a; 2025b).

23O poder político é utilizado para obtenção de rendas e privilégios, criando, para isto, barreiras a novos entrantes (tanto no processo político quanto na economia). O poder econômico, em contrapartida, dá o suporte para a manutenção da coalizão política num círculo vicioso.

24Como exemplos podemos citar no meio rural os conflitos fundiários, envolvendo grilagem de terras, expropriações e invasões de terra, atuações ilegais de garimpeiros e madeireiros em áreas legalmente protegidas (áreas de preservação ambiental ou terras indígenas, por exemplo), e no meio urbano a atuação de grupos criminosos, como o tráfico de drogas e as milícias, que, por exemplo, limitam, em algumas cidades da Amazônia, o acesso às atividades econômicas ou políticas.

AMAZÔNIA, TERRITÓRIO E SOBERANIA: UM NECESSÁRIO RESGATE HISTÓRICO

Após a apresentação sumária de parâmetros que permitem a transcendência da superficialidade da discussão sobre o (sub)desenvolvimento da Amazônia, entrar-se-á nesta seção no relato de eventos que demonstram que a problemática da soberania nacional sobre a região é antiga; ocorre desde o início de sua formação territorial – inicialmente como espaço colonial de Portugal e depois como parte do Brasil (império e república) –, tendo sido retomada em diversos momentos.

A história mostra que a Amazônia sempre esteve na mira de interesses estrangeiros. Entre os episódios mais relevantes, destacam-se: (i) a ocupação e a demarcação da Amazônia brasileira, bem como a disputa pelas Guianas; (ii) o Plano Maury e a proposta da "República Amazônica"; (iii) o conflito pelo território do Acre na virada do século XIX para o século XX; (iv) o interesse nazista pela região e o plano de invasão das Guianas; (v) a tentativa de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA); e (iv) o Projeto dos Grandes Lagos Amazônicos. A seguir, far-se-á um breve relato de cada um.

Ocupação e demarcação da Amazônia brasileira: a disputa pelas Guianas

A ocupação portuguesa da região que futuramente seria denominada Amazônia iniciou-se em meio a dois movimentos simultâneos: um choque civilizacional entre europeus e indígenas e uma disputa entre as nações europeias pela posse de novos territórios coloniais.

Em 12 de janeiro de 1616, o navegador português Francisco Caldeira Castelo Branco, após liderar a expulsão dos franceses do Maranhão, aportou na confluência do rio Guamá com a Baía do Guajará, fundando o Forte do Presépio. À época, já havia navios ingleses, franceses, holandeses e espanhóis prospectando oportunidades mercantis com povos indígenas locais. Para garantir a posse e proteção da foz do grande rio (posteriormente batizado de Amazonas), Castelo Branco fundou o povoado Feliz Lusitânia, estabelecido no território Mairi, pertencente à etnia indígena tupinambá. Este povoado cresceu e deu origem à cidade de Belém, capital do Estado do Grão-Pará e Maranhão e, atualmente, uma das principais cidades da Amazônia[25].

A partir desse momento, os portugueses asseguraram sua hegemonia sobre a navegação comercial e política do rio Amazonas. Contudo, em outras áreas, especialmente na Amazônia Caribenha, intensificaram-se disputas coloniais, sobretudo com França, Inglaterra e Países Baixos.

Como consequência dessas disputas, ocorreu a fragmentação política da Região das Guianas, faixa territorial ao norte da América do Sul banhada pelo Oceano Atlântico, situada entre as fozes dos rios Amazonas (Brasil) e Orinoco (Venezuela)[26]. Conforme o Tratado

25O Estado do Grão-Pará e Maranhão surgiu em paralelo ao Estado do Brasil. Somente após o processo de independência, no ano de 1823 que esta região foi incorporada ao Império do Brasil.

26Quando da chegada dos europeus, a região era dominada por tribos caribes e aruaques. O termo guiana deriva da língua aruaque e significa "terra de muitas águas". Trata-se de uma região formada por inúmeros rios que desaguam no Atlântico. Atualmente é constituída pela: Guiana Francesa, Suriname (Guiana Holandesa), Guiana (Guiana Inglesa), parte da Venezuela (Guiana Venezuelana) e pelo estado do Amapá (Guiana Brasileira).

de Tordesilhas (1494), essa área seria originalmente de direito exploratório espanhol[27]. Contudo, diante do desinteresse espanhol, franceses, holandeses e ingleses passaram a estabelecer-se na região[28].

A França demonstrou especial interesse em consolidar uma colônia na Amazônia desde o início do século XVI. Há registros de ocupação francesa na atual Guiana Francesa desde 1503, sendo que, em 1643, colonos franceses fundaram o povoado de Caiena (atual capital). Essa colonização assentou-se no sistema de *plantations*; latifúndios monocultores (sobretudo cana-de-açúcar), com mão de obra escravizada africana, semelhante ao modelo implantado nas ilhas caribenhas[29]. Em 1797, a região foi declarada departamento francês, condição que permanece até hoje. Curiosamente, pouco se menciona no debate público que um país europeu possua território na Amazônia, onde o francês é língua oficial e o euro a moeda corrente[30].

Desde o início, o território da Guiana Francesa foi alvo de disputa territorial entre Portugal (posteriormente o Brasil) e França[31]. Em 1713, pelo Tratado de Utrecht, ambos os países definiram como fronteira um rio chamado "Japoc" (ou Vicente Pinção), nunca localizado com precisão. Portugal entendia tratar-se do rio Oiapoque, enquanto a França defendia uma linha mais próxima à foz do Amazonas[32]. Aproveitando-se dessa indefinição, os franceses avançaram paulatinamente em áreas próximas ao Amazonas, com relativa permissividade portuguesa.

Temendo a entrada francesa no Amazonas, em 1761, Fernando da Costa de Ataíde Teive, governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, seguindo diretriz pombalina, determinou a construção da Fortaleza de São José de Macapá, iniciada em 1764 e concluída em 1782. Seu objetivo era reforçar a defesa da região do delta do Amazonas, que já contava com os fortes do Presépio (em Belém) e de Gurupá (no Marajó). Ao seu redor cresceu o povoado de Macapá, atual capital do Amapá[33].

Décadas depois, Dom João VI, fugindo das tropas napoleônicas, após chegar em 1808 ao Rio de Janeiro determinou a expulsão dos franceses da Guiana Portuguesa (hoje Amapá). Em 1809, uma esquadra luso-inglesa tomou não apenas a região até o Oiapoque, mas também a Guiana Francesa[34]. Em 1817, ao fim das guerras napoleônicas, o território da Guiana Francesa foi devolvido à França pelo Tratado de Paris[35].

---

27 O Tratado de Tordesilhas foi um acordo internacional assinado entre os reis João II de Portugal e Fernando II de Castela, e mediado pelo papa Alexandre VI, que dividiu as novas terras a serem descobertas entre os dos países, a partir de uma linha imaginária a 1.779 km a oeste de Cabo Verde.

28A Espanha estava focada na exploração de ouro e prata em outras áreas coloniais da América, em especial nas áreas dos impérios incas e astecas.

29Posteriormente tentou-se a produção de cacau, café e algodão, também sem muito sucesso. Atualmente a economia da Guiana Francesa tem na mineração, em especial do ouro, a sua principal atividade.

30Em função da Guiana Francesa é com o Brasil que a França possui a sua maior fronteira terrestre: 730 km.

31 Ingleses e holandeses também demonstraram interesse pela região. Curiosamente, pelo Tratado de Tordesilhas, esta região consistia em um direito exploratório da Espanha. Mas, ante ao seu desinteresse, e ao respeito de Portugal pela demarcação do tratado (inicialmente Portugal evitou qualquer ocupação além da foz do Amazonas), franceses, holandeses e ingleses ousaram se aventurar nestas porções de terra, conquistando de alguma forma o seu quinhão colonial.

32Durante o litígio arbitrado pela Suíça em 1900 a França chegou a afirmar que se tratava do Rio Araguari. Estrategicamente a França queria acesso a Bacia do Amazonas.

33 O povoado de Macapá precede a construção da fortaleza, tendo sido fundado em 1751.

34Conforme Cavlak (2016), já havia naquela época interesse da elite da Província do Grão Pará e Rio Negro de ocupar o território da Guiana Francesa ante a ocupação do território abaixo do Oiapoque pelos franceses.

35Para maiores detalhes sobre o assunto, ver: Clavak (2016) e Pereira (2022).

Em 1886, um episódio pouco conhecido marcou novamente essa região: habitantes locais, comerciantes, escravos e franceses fugitivos, liderados desde Paris por Jules Gros (membro da Sociedade de Geografia Comercial de Paris), fundaram a República Independente da Guiana (República do Cunani), situada entre os rios Oiapoque e Araguari[36]. Com capital na vila de Cunani, fundada por jesuítas em 1788 – num local estratégico para a prospecção de ouro –, a república não obteve reconhecimento internacional. Mesmo assim, Jules Gros foi nomeado presidente, criou bandeira, emitiu selos, cunhou moeda própria e buscou estabelecer relações diplomáticas, sobretudo com os Estados Unidos. Em meio a acusações de interesses econômicos estrangeiros na exploração de ouro, e sem o reconhecimento brasileiro e francês, a iniciativa fracassou.

As disputas persistiram. Tanto o Brasil quanto a França reivindicavam a posse desse território. Em 1895, os dois países solicitaram arbitragem suíça, culminando no Tratado de Berna (1900), que estabeleceu o Oiapoque como fronteira definitiva[37]. O território da República do Cunani – ou seja, a porção entre o rio Oiapoque e Araguari – foi incorporado ao Brasil.

Apesar disso, os conflitos e as controvérsias persistiram. Entre 1904 e 1912, repercutiu especialmente em periódicos franceses a tentativa, liderada pelo francês Adolph Brezet, de uma nova emancipação da região para a criação do Estado Livre de Cunani. Brezet repetiu o que Groz anteriormente tinha feito: de Paris proclamou a sua independência e nomeou membros de seu novo governo. No entanto, quase que num *déjà vu*, em meio a acusações de que a iniciativa era apenas um pretexto para arrecadação de fundos privados, não prosperou[38].

O desinteresse da Espanha pela área das Guianas também favoreceu a ocupação holandesa e inglesa, dando origem ao Suriname e à Guiana[39]. A formação desses países iniciou-se com disputas territoriais e comerciais entre holandeses e ingleses. Em 1667, Espanha e Países Baixos assinaram o Tratado de Breda, que encerrou a Segunda Guerra Anglo-Holandesa e deu a posse colonial aos holandeses.

A partir de então, os Países Baixos implantaram na região o sistema de monocultura extensiva (*plantation*) de açúcar e algodão, e, em menor escala, tabaco e café, com mão de obra escravizada vinda da África, administrada pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais. Quase um século depois, em 1746, colonos ingleses chegaram à atual Guiana, dando início a uma rivalidade com os holandeses. Em 1781, durante um conflito entre Inglaterra e Países Baixos, a região foi efetivamente tomada pelos ingleses. Após diversos embates envolvendo holandeses, ingleses e franceses, a área que hoje constitui a Guiana foi definitivamente reconhecida como colônia britânica em 1814, durante a Convenção de

36 O termo cunani vem da língua tupi e era usado para designar o tucunaré, peixe típico da região. Entre 1887 e 1891, o nome oficial do país mudou para Reino Independente da Guiana. Para uma melhor ideia de sua localização, atualmente esta região é formada pelos municípios do Oiapoque a Calçoene no estado do Amapá. É nela que está localizado o Parque Arqueológico do Solstício, conhecido pelo seu singular sítio arqueológico que é chamado de "Stonehenge da Amazônia".

37 Uma excelente resenha sobre a disputa territorial da região, sem, entretanto, entrar na questão da independência de Cunani, está em: Granger (2011).

38 Em um capítulo da diplomacia brasileira, o diplomata brasileiro José Maria da Silva Paranhos Júnior, popularmente conhecido como o Barão do Rio Branco, e que na época era Ministro das Relações Exteriores do Brasil, afirmou que tal iniciativa era uma comédia e que Brezet, além de desconhecido na região, não passava de um embusteiro, desequilibrado e oportunista.

39 Para maiores detalhes sobre a história da formação territorial entre a Guiana e o Suriname, ver: Cavlak (2013).

Londres[40]. O restante do território permaneceu sob domínio holandês, dando origem ao Suriname[41].

Suriname e Guiana, diferentemente da Guiana Francesa, não se envolveram em conflitos territoriais com o Brasil. O Suriname, por exemplo, possui disputas territoriais com a Guiana e com a Guiana Francesa, mas sua fronteira com o Brasil foi estabelecida pacificamente pelo Tratado de Madrid (1750), ratificado posteriormente pelo Tratado do Rio (1906), além de outros acordos bilaterais firmados em 1931 e 1935[42]. Já a Guiana mantém uma histórica disputa territorial com a Venezuela sobre a região do Essequibo, recentemente intensificada devido ao interesse econômico decorrente da exploração das reservas locais de petróleo e gás[43].

O já mencionado desinteresse espanhol pela Bacia Amazônica, aliado ao período da União Ibérica (1580-1640), permitiu que Portugal consolidasse a posse colonial sobre a região amazônica. Embora tenham ocorrido tentativas esporádicas de penetração espanhola na Amazônia a partir dos Andes, especialmente das cidades de Quito e Guayaquil, os recorrentes fracassos e a descoberta de regiões mais promissoras para exploração mineral levaram os espanhóis a desistir dessa empreitada.

Diferentemente da Espanha, Portugal empenhou-se desde o início do século XVII em garantir o controle efetivo sobre a foz do Amazonas. Apesar disso, ingleses, franceses, holandeses e até mesmo irlandeses prospectavam oportunidades comerciais na região amazônica desde o século anterior. Em 1623, uma esquadra portuguesa partiu em direção ao Marajó para expulsar holandeses estabelecidos nos povoados de Murutu e Mariocái, correspondentes às atuais cidades de Porto de Moz e Gurupá. Após expulsá-los, os portugueses ergueram o Forte de Santo Antônio de Gurupá.

O risco iminente da ocupação por outras nações europeias e o desinteresse espanhol motivou Portugal a organizar uma expedição liderada por Pedro Teixeira. Partindo de Cametá em 1637, a expedição, em 15 de agosto de 1639 – na confluência dos rios Napo e Aguarico (atual Rio do Ouro) – fundou o povoado de Franciscana e fixou um marco, declarando oficialmente a posse das terras a leste daquele ponto em nome do rei Felipe IV da Espanha (então governante da União Ibérica), porém sob administração da Coroa

---

40 A capital da Guiana é Georgetown, a língua oficial é o inglês e sua economia é baseada na agricultura e na mineração. A Guiana obteve a sua independência em 1966.

41 A capital do Suriname é Paramaribo, a língua oficial é o holandês e a sua economia é baseada na agricultura, atividade madeireira, exploração mineral (bauxita e ouro) e exploração de petróleo. O país se tornou independente em 1975.

42 Em função da divisão territorial pactuada, o Suriname não possui acesso fluvial à Bacia do Amazonas. Atualmente, a fronteira possui uma baixa densidade demográfica, sendo caracterizada pela presença do 1º Pelotão Especial de Fronteira de Tiriós e pela Serra do Tumucumaque, uma cadeia montanhosa que se localiza no Planalto das Guianas e que se estende entre as fronteiras do Brasil com Suriname e Guiana Francesa. É lá que está localizado o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, uma Unidade de Conservação (administrada pelo ICMBio), que é considerada o maior parque nacional do Brasil e o maior em florestas tropicais do mundo.

43 Em nível geopolítico internacional, especula-se que Rússia e China têm interesse na exploração do petróleo e gás desta região. Ademais, muitos acusaram Nicolás Maduro (presidente da Venezuela) de ter usado desta contenda territorial para tirar o foco da instabilidade política interna de seu país.

portuguesa. Essa ação revelou-se decisiva para as futuras demarcações territoriais que definiriam os limites da colônia portuguesa, do Brasil e da Amazônia brasileira[44].

O Plano Maury e a "República Amazônica"

No século XIX, com as fronteiras amazônicas já consolidadas em favor do Império do Brasil, e no contexto dos conflitos abolicionistas que agitavam os Estados Unidos da América (EUA), o polímata e oficial da Marinha norte-americana Matthew Fontaine Maury[45], então superintendente do Observatório Naval em Washington, atendendo a interesses da elite escravocrata sulista, propôs a ocupação da Amazônia como "válvula de escape" para as tensões políticas, econômicas e sociais de seu país.

Em 1850, nos chamados *Inca Papers* – artigos posteriormente reunidos no livreto *A Amazônia e as Encostas Atlânticas da América do Sul* (1853) –, Maury sugeriu que o Vale do Amazonas, território do Império brasileiro, fosse integrado à dinâmica econômica dos estados do Sul dos EUA como nova fronteira de expansão agrícola[46]. Ele defendia transferir as plantações de algodão e a mão-de-obra escravizada para a região, livrando o seu país da escravidão interna e, ao mesmo tempo, preservando os lucros dos senhores escravistas. Afirmava haver na Amazônia potencial para a produção e exportação de matérias-primas e alimentos e descrevia a região como parte de um "Mediterrâneo Americano", articulado pelas bacias do Mississippi, Orinoco e Amazonas, o Golfo do México e o Caribe. Em sua visão, o Vale do Amazonas seria hostil ao "homem branco" e adequado apenas ao trabalho de afrodescendentes escravizados[47].

Como etapa preliminar da formação da por ele denominada República Amazônica, Maury enviou, em 1851, os oficiais William Lewis Herndon e Lardner Gibbon, do Observatório Naval, para explorar a região e avaliar seu potencial econômico[48]. Em seguida, iniciou campanha diplomática e jornalística para induzir o governo brasileiro a abrir a navegação do rio Amazonas a colonos e comerciantes norte-americanos. Conhecendo a estratégia de anexação em quatro fases – imigração, provocação, conflito e anexação – já aplicada pelos EUA no Texas e na Califórnia[49], D. Pedro II rejeitou qualquer possibilidade de abertura da região a esses colonos.

---

44 Este marco foi decisivo para as futuras delimitações territoriais em favor de Portugal, em especial sob a alegação do *uti possedetis*, pelo Tratado de Madri de 1750, ratificado em 1777 pelo Tratado de Santo Ildefonso. Por curiosidade, o marco encontra-se atualmente ao lado do Palácio do Itamaraty em Brasília. Para maiores detalhes sobre o acontecimento, recomenda-se ver: Miranda (2007) e Lima; Coutinho (2016). O relato de Pedro Teixeira tornou-se conhecido pela publicação em 1641 do livro *Novo Descobrimento do Grande Rio das Amazonas*, escrito pelo padre jesuíta Christoval de Acunã e editado em Madri.

45 Matthew Maury (1806-1873) foi um polímata (astrônomo, historiador, oceanógrafo, meteorologista, cartógrafo e geólogo) estadunidense que se tornou encarregado pelo escritório da Marinha dos EUA em Washington D.C. e o superintendente do Observatório Naval dos Estados Unidos.

46 A este respeito, ver: Maury-Corbin (1888), Luz (1968) e Sampaio (2019).

47 Note aqui a ideia da Amazônia como um "inferno verde".

48 Havia uma crença de que a Amazônia possuía terras férteis adequadas para a expansão produtiva da monocultura de algodão e produção de alimentos. Maury já naquela época inferia que a Amazônia poderia se tornar num promissor celeiro do mundo, produzindo alimentos para toda a população mundial.

49 Regiões mexicanas incorporadas ao território dos EUA.

Em 26 de janeiro de 1853, Herndon e Gibbon apresentaram à Marinha dos EUA um relatório que – publicado em 1854 em dois volumes com 414 páginas – sob o título *Exploração do Vale do Amazonas*, alcançou significativa repercussão internacional (Herndon; Gibbon, 2000). No mesmo ano, o *Correio Mercantil*, do Rio de Janeiro, traduziu e divulgou parte dos artigos de Maury, suscitando reações de políticos e militares que invocaram a soberania brasileira sobre a Amazônia[50]. Após intensa polêmica, o projeto da República Amazônica foi abandonado.

Made in Rubber: EUA, Bolívia e a disputa pelo Acre

No crepúsculo do século XIX e início do XX, os EUA voltaram a envolver-se em controvérsias sobre a ocupação da Amazônia, desta vez na área que corresponde ao atual estado do Acre. Naquele momento, o Brasil disputava fronteiras com a Bolívia em meio ao boom da borracha[51]. Um episódio diplomático sensível ocorreu em 1899, quando, após uma disputa territorial entre bolivianos e brasileiros, a canhoneira norte-americana USS *Wilmington*, comandada por Chapman C. Todd e com o cônsul K. K. Kennedy a bordo, entrou sem autorização do governo brasileiro no rio Amazonas, navegando até Iquitos, no Peru, após escala em Belém.

O incidente ganhou ainda mais repercussão quando o jornalista espanhol Luis Gálvez Rodríguez de Arias publicou, no jornal *Província do Pará*, a denúncia de que o navio transportava um acordo secreto articulado pelo cônsul com o governo boliviano, pelo qual os EUA se colocariam à disposição para defender os direitos da Bolívia sobre as regiões do Acre, Purus e Yaco[52].

Nesse contexto, uma Junta Revolucionária, alimentada por interesses econômicos locais, proclamou, em 14 de julho de 1899, a independência da área e a criação da República do Acre, com capital em Puerto Alonso (atual Rio Branco). Luis Arias, o mesmo jornalista que denunciara os acordos, foi nomeado presidente. De imediato, idealizou a bandeira do novo país, organizou um ministério, emitiu selos, baixou decretos, enviou comunicações formais a alguns países e designou representantes diplomáticos. A iniciativa, porém, não prosperou devido a instabilidades internas. Em 28 de novembro de 1899, Antonio de Souza Braga, seringalista local, depôs Arias e assumiu o poder, mas devolveu-lhe o cargo em 15 de março de 1900. Ainda nesse mês, uma guarnição da Marinha do Brasil destituiu o governo rebelde e devolveu a região à Bolívia.

---

50 No mesmo ano, no dia 30 de novembro, o Segundo Tenente do Exército Brasileiro Euzebio José Antunes publicou um artigo no periódico em resposta a proposta do oficial estadunidense. Nele, temendo que a região sofresse o mesmo destino da Califórnia, denuncia que o Rio Amazonas estava despertando uma insaciável e crescente cobiça dos EUA (Antunes, 1853). Possivelmente, este artigo se materializa num dos mais antigos a pôr a questão da soberania brasileira sobre a região em discussão. De forma interessante, o autor menciona também o interesse francês pela exploração da região. Em 1854, o coronel João Batista de Castro Moraes Antas também refutou muitas das ideias de Maury ao publicar O Amazonas: breve resposta à memória do tenente da armada americana-inglesa F. Maury sobre as vantagens da livre navegação do Amazonas (Antas, 2013).

51 Naquele momento, o Acre era território boliviano. Porém, a região foi ocupada por brasileiros, em especial nordestinos, atraídos para a exploração do látex na região. Estima-se que, em 1900, cerca de 60 mil brasileiros estavam na região.

52 Nos termos do acordo estava à disposição dos EUA em ajudarem a Bolívia no campo diplomático, financeiro e no fornecimento de armas em troca de vantagens comerciais e econômicas advindas das relações comerciais com a Bolívia. Os produtos americanos entrariam no país com tarifas diferenciadas e a borracha boliviana seria exportada preferencialmente para os EUA com diferimento tarifário.

Em novembro de 1900, ocorreu nova proclamação de independência, desta vez liderada pelo brasileiro Rodrigo de Carvalho, que assumiu a presidência. Menos de um mês depois, o Exército boliviano reprimiu o movimento e, em 24 de dezembro, derrotou os insurgentes[53].

Buscando reagir à situação, a Bolívia solicitou apoio norte-americano. Em 11 de junho de 1901, em Londres, firmou-se um protocolo entre o governo boliviano e a *Bolivian Exploration Company*, que conferia ao truste anglo-americano conhecido como *Bolivian Syndicate* o direito de administrar o Acre como colônia privada[54].

A reação brasileira foi imediata. Seringalistas insatisfeitos com os desdobramentos organizaram, com apoio do governo do Amazonas[55], um levante liderado por José Plácido de Castro, dando início à Revolução Acreana. Em seis de agosto de 1902, os revolucionários atacaram a guarnição boliviana às margens do rio Xapuri. Após sucessivas vitórias, proclamaram, em 24 de janeiro de 1903, o Estado Independente do Acre.

A instabilidade política na região levou a diplomacia brasileira a intervir diretamente. Sob a condução do Barão do Rio Branco, o Brasil ofereceu ao *Bolivian Syndicate* uma indenização de US$ 550 mil e comprou o território do Acre da Bolívia por US$ 1,1 milhão. Os acertos foram consolidados no Tratado de Petrópolis, assinado em 17 de novembro de 1903. Em contrapartida, o Brasil cedeu à Bolívia parte do território de Mato Grosso e comprometeu-se a construir a Ferrovia Madeira–Mamoré, garantindo-lhe escoamento da produção de látex – do próprio Acre e do interior boliviano – pelo rio Amazonas até o Atlântico.

Nazistas na selva: a Expedição Amazonas-Jari e o plano de invadir as Guianas

Em 1941, após décadas de relativa indiferença que se seguiram ao auge do Ciclo da Borracha (encerrado em 1912), a Amazônia voltou ao cenário internacional com a assinatura dos Acordos de Washington[56]. Os acordos possuíam um caráter geopolítico que transcendia o mero fornecimento de látex ao Exército dos EUA e demais aliados, pois outros atores internacionais também disputavam a região.

Este capítulo pouco conhecido da história foi redescoberto em 2022, quando, numa das margens do rio Jari – próximo à cachoeira e à Hidrelétrica de Santo Antônio, no sul do Amapá –, um turista encontrou uma cruz de aproximadamente três metros, tombada ao chão, com inscrições em alemão e uma suástica nazista. Nela lia-se: "Joseph Greiner morreu aqui de febre em dois de janeiro de 1936, a serviço da pesquisa alemã". A descoberta gerou curiosidade sobre a presença nazista na Amazônia e evidenciou o interesse da Alemanha de Hitler por essa porção dos trópicos[57].

---

53 Para maiores detalhes sobre a contenda envolvendo o Estado Independente do Acre, o Bolivian Syndicate e a Revolução Acreana, ver: Bandeira (2000) e Menezes; Fernandes (2005).

54 Um dos sócios do Bolivian Syndicate era W. E. Roosevert, primo do então vice-presidente dos EUA Theodore Roosevel.

55 O governo do Amazonas envolveu-se diretamente na questão por interesses alfandegários.

56 O Ciclo da Borracha na Amazônia termina em 1912 em decorrência do contrabando de sementes de seringueira para a Malásia pelos ingleses e a entrada no mercado internacional da borracha fornecida por este país em sistema de produção intensivo. A diminuição do custo de produção inviabilizou a concorrência da borracha amazônica no mercado internacional.

57 Sobre o assunto, ver: Zalis; Gaurattoni (2012), Pacheco (2017), Oliveira (2018), Neher (2020), G1 (2022) e Santiago (2022). Contudo, para uma visão mais detalhada, recomenda-se a interessante dissertação de mestrado: Silva (2019).

Em 24 de setembro de 1935, uma comitiva de pesquisadores do Terceiro Reich – formada por Otto Schulz-Kampfhenkel (zoólogo e líder), Gerd Kahle (piloto), Gerhard Krause (engenheiro e mecânico), Joseph Greiner (tradutor)[58] e 16 brasileiros –, após obter autorização do governo brasileiro, partiu de Belém para realizar a Expedição Alemã Amazonas-Jari[59]. A expedição seguiu por Breves, na Ilha do Marajó, e navegou durante dezessete meses pelo rio Jari – no atual Amapá – até a fronteira com a Guiana Francesa[60]. No percurso, enfrentaram naufrágio com perda de parte dos suprimentos, contraíram malária, difteria e outras doenças tropicais, sendo amparados pelos indígenas aparai.

Em 26 de maio de 1937, os expedicionários regressaram à Alemanha levando um acervo expressivo: mais de 500 espécimes de mamíferos, répteis, anfíbios e aves; crânios humanos; e cerca de 1.200 artefatos etnográficos dos povos aparai, wayana e oayana, além de centenas de fotografias e filmes[61]. Esse material audiovisual deu origem ao documentário *Rätsel der Urwaldhölle* ["Mistérios da Floresta Infernal"] lançado nos cinemas alemães em 1938[62].

Logo na abertura do documentário, Belém surge como vitrine dos tempos áureos do Ciclo da Borracha – uma cidade cosmopolita e miscigenada, construída por portugueses, caboclos, indígenas e afrodescendentes. Em seguida, as câmeras mostram os expedicionários embarcando em um avião ostentando a suástica nazista, ponto de partida para a jornada pela selva. A narrativa audiovisual registra o convívio com os povos indígenas, o percurso fluvial, as dificuldades de navegação, a coleta de animais e a exuberância da flora amazônica.

A expedição constituiu um registro da presença nazista na Amazônia. Além do documentário, Otto Schulz-Kampfhenkel publicou, em 1938, o livro *Mistérios da Floresta Infernal*, entregou em 1941 a versão final de sua tese de doutorado sobre a geografia do rio Jari e organizou uma exposição itinerante para popularizar a selva amazônica entre os alemães[63].

Mas qual era o objetivo estratégico alemão? Enquanto Silva (2019) sustenta que a missão tinha finalidade estritamente científica, Zalis e Gaurattoni (2012) defendem que Berlim avaliava a possibilidade de invadir as Guianas – Britânica, Holandesa e Francesa – por meio da chamada Operação Guiana, estabelecendo uma colônia alemã no norte da América do Sul e compensando o atraso histórico do país na ocupação da Amazônia[64].

---

58 Joseph Greiner já morava no Brasil. Participou da expedição na qualidade de tradutor da expedição. É dele a cruz encontrada. Ele faleceu de uma febre misteriosa durante a expedição, possivelmente febre amarela.

59 Na véspera da partida, dia 23/09/1935, os expedicionários tiveram uma reunião com o então governador do Pará José Carneiro da Gama Malcher e o comandante da 8ª Região Militar General Daltro Filho. Na ocasião, apresentaram os planos da expedição, o funcionamento do avião alemão e falaram sobre a conjuntura política da Alemanha.

60 Na época, essa região pertencia ao estado do Pará.

61 Os alemães registraram 2.700 metros de película de filme e tiraram cerca de 2.500 fotografias. O material coletado foi enviado para o Museu de Etnologia e Museu de História Natural, ambos situados na cidade de Berlim. Muitos dos artefatos permanecem atualmente em exposição em ambos os museus.

62 O documentário vale a pena ser assistido, mesmo estando em alemão. Encontra-se disponível no YouTube com o título *Expedição Nazista na Amazônia em 1935*, podendo ser acessado no seguinte endereço: https://youtu.be/GlqI722sMI0

63 A exposição tinha por objetivo reproduzir o ambiente da floresta, proporcionando ao visitante a sensação do "inferno verde" amazônico. Para isso, tentaram reconstruir uma parte da floresta e uma réplica dos aldeamentos indígenas. Infelizmente, tanto a tese, assim como outros relatos e materiais coletados durante a expedição, foram destruídos por bombardeios dos aliados sobre a Universidade de Würzburg. Inclusive, o orientador de Schulz-Kampfhenkel em seu doutorado, Hans Schrepfer, faleceu num desses bombardeios.

64 Como a Alemanha acabou sendo unificada tardiamente, por volta de 1870, não pôde, ao contrário de outras nações europeias, ocupar territórios na América. Por isso, voltou-se prioritariamente para o continente africano.

É provável que, com esse objetivo, Schulz-Kampfhenkel tenha entregado, em abril de 1940, um relatório à Schutzstaffel (SS) – tropa de elite do Partido Nazista – no qual defendia: "A tomada das Guianas é uma questão de primeira importância por razões político-estratégicas e coloniais" (Zalis; Gaurattoni, 2012)[65].

O relatório de Schulz-Kampfhenkel motivou o oficial da SS Heinrich Peskoller a escrever diretamente a Hitler, em três de abril de 1940, frisando que as Guianas abrigavam reservas de ouro e diamantes capazes de financiar o esforço de guerra alemão. Peskoller argumentava ainda que o litoral guianense oferecia posição privilegiada para patrulhar o Atlântico e bloquear o comércio dos aliados – sobretudo o britânico – com a América do Sul[66].

No esboço da chamada "Guiana Alemã", a Amazônia setentrional não seria apenas como colônia de exploração, mas como *Lebensraum* – "espaço vital" – destinado ao povoamento ariano. Peskoller argumentava, na carta a Hitler, que o empenho e a engenharia alemães poderiam domar as inúmeras cachoeiras por meio de usinas hidrelétricas, criar uma rede elétrica nacional com bondes, ampliar a navegação fluvial, explorar madeiras nobres, erguer pontes, aeroportos, escolas e hospitais; a comparação entre o antes e o depois contaria pontos para o *Führer* (Zalis; Gaurattoni, 2012).

No relatório entregue à Schutzstaffel (SS), Schulz-Kampfhenkel sugeriu invadir as Guianas por duas frentes – uma coluna fluvial pelo Jari até Caiena e outra pela costa atlântica. Supunha-se, então, que o governo Vargas permitiria a utilização do território brasileiro como corredor militar, o que evidencia a ambiguidade das relações entre o nacional-desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e o nacional-socialismo de Adolf Hitler. Importa recordar que a Expedição Amazonas-Jari foi oficial: articulou-se entre o Ministério da Propaganda e a Organização de Relações Exteriores do Partido Nazista, e o governo brasileiro, através dos ministérios das Relações Exteriores e da Guerra do Brasil e do Museu Nacional do Rio de Janeiro. A imprensa brasileira saudou a iniciativa: a *Gazeta de Notícias* (Rio de Janeiro, 9 ago. 1935) exaltou os "novos cientistas" dizendo que faziam parte de uma nova geração disposta a "vencer a floresta", derrubando os entraves da marcha civilizatória.

Em 1939, com o envio da Missão Aranha a Washington, a política brasileira de equidistância pragmática do conflito terminou. Dois anos depois, os Acordos de Washington (1941) integraram a Amazônia como área estratégica para fornecimento do látex para os aliados[67]. O ataque japonês a Pearl Harbor (7 dez, 1941) levou os EUA à guerra e, em seguida, Himmler encerrou a discussão sobre a Operação Guiana.

Nesse período, o governo brasileiro cogitou a anexação da Guiana Francesa; tendo inclusive patrocinado a distribuição em Caiena do livro Brasil, o País do Futuro escrito pelo austríaco Stefan Zweig. Porém, o receio de provocar um atrito diplomático com os EUA fez com que a ideia fosse descartada.

---

65 Oliveira (2018) informa que há relatos de que, no início da década de 1940, padres residentes no Orfanato São José, na Ilha de Santana, próximo à capital Macapá, mantinham contatos estranhos com estrangeiros. Isso acabou gerando uma enorme confusão na época, quando um caboclo ribeirinho denunciou que viu um submarino submergindo próximo da boca do Rio Vila Nova. Dele teria saído um grupo de marinheiros em direção a Ilha de Santana. Até hoje não se sabe a veracidade do fato. Muitos acreditam que o ribeirinho tenha inventado o relato. Mas a repercussão mostra que o assunto era comentado na época na região.

66 Naquele momento, a Argentina havia se tornado uma importante fornecedora de alimentos para a Inglaterra.

67 A Malásia havia sido invadida pelos japoneses e o fornecimento de borracha cortado para os países aliados.

O Instituto que (quase) internacionalizou a Amazônia: bastidores da Guerra Fria

O término da Segunda Guerra Mundial marcou o início da Guerra Fria, período no qual o mundo se dividiu entre a influência norte-americana, assentada no modelo da democracia liberal, e a soviética, baseada em um regime autocrático-socialista de viés internacionalista. O Ocidente temia a expansão do socialismo.

Nesse contexto geopolítico internacional, surgiram organizações multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945 e instâncias subsidiárias como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1946. Propostas para superar o subdesenvolvimento latino-americano entraram em pauta como parte de um cinturão de contenção ao socialismo. Não por acaso, em 1948 foi criada outra instância subsidiária, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Em 1946, o cientista brasileiro Paulo Estevão de Berredo Carneiro apresentou à UNESCO a proposta da criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA). Com governança pan-amazônica e multinacional, o instituto tinha como objetivo, por meio de ciência e inovação, uma trajetória de desenvolvimento para a hileia que combinasse a exploração das riquezas naturais com conservação ambiental e a integração cultural. Para isso, possuía como estratégia a viabilização de pesquisas nas áreas de botânica, química, zoologia e geologia, além de estudos etnográficos.

O projeto era visionário: antecipava conceitos hoje centrais ao debate sobre desenvolvimento sustentável, em especial a ideia de se buscar um caminho para a região que contemple a conservação da floresta, usando da ciência e da tecnologia para aproveitamento das suas potencialidades, e a utilização, com conservação, de seu patrimônio cultural. Entretanto, o modelo de governança despertou críticas: temia-se a introdução de interesses estrangeiros na região. Além disso, a elite político-econômica alinhada ao nacional-desenvolvimentismo urbano-industrial via na Amazônia apenas um apêndice da locomotiva paulista.

Poucos anos antes, em 1941, o então presidente Getúlio Vargas proferiu em Manaus o "Discurso do rio Amazonas", descrevendo a região como selvagem e inóspita; segundo ele, era preciso conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta e adensar o povoamento[68]. O objetivo era integrar a economia amazônica ao polo dinâmico de São Paulo, mediante um rol de infraestrutura econômica capaz de permitir que a Amazônia lograsse um processo civilizacional "único e peculiar"[69]. Essa agenda – que se prolongaria em governos posteriores – combinava garantia de soberania com interesses das elites do Sudeste, como parte de uma estratégia nacional de modernização conservadora[70].

---

68 Nas palavras de Vargas (1942, p. 259): "Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta, foram as nossas tarefas. E, nessa luta, que já se estende por séculos, vamos obtendo vitória sobre vitória".

69 Conforme Vargas (1942, p. 259): "Vulgarizou-se a noção, hoje desautorizada, de que as terras equatoriais são impróprias à civilização. Os fatos e as conquistas da técnica provam o contrário e mostram, com o nosso próprio exemplo, como é possível, às margens do grande rio, implantar uma civilização única e peculiar, rica de elementos vitais e apta a crescer e prosperar."

70 Aqui convém esclarecer o termo modernização conservadora, que não foi utilizado aleatoriamente. Este termo foi cunhado por Moore Junior (1975) para tratar do processo de industrialização de alguns países, como Alemanha e Japão – construído com base num pacto entre as elites dominantes, urbanas e industriais com as agrárias –, sem, contudo, ser acompanhado de avanços no ambiente democrático. Como contraponto, há o processo desenrolado na Inglaterra e nos EUA. No Brasil, o processo de desenvolvimento industrial ocorreu sem efetivação de um ambiente democrático pleno. Todavia, o aprofundamento desse debate foge ao objetivo aqui proposto.

Pouco depois do discurso, a conjuntura internacional levou o Brasil à necessidade de tomar posição na guerra e de assinar os Acordos de Washington em 3 de março de 1942. Com a interrupção do fornecimento da borracha asiática, após a tomada da Malásia pelos japoneses, a Amazônia tornou-se fonte de extração estratégica para o abastecimento de látex para o esforço de guerra dos aliados, sobretudo dos norte-americanos[71].

Convém perceber que – tanto para a visão nacional-desenvolvimentista em ascensão quanto para a geopolítica estratégica da guerra – a Amazônia novamente foi acionada por macrodecisões e interesses exógenos em detrimento de uma estratégia mais favorável ao desenvolvimento regional e aos amazônidas. Um padrão que se repete no decurso da história regional.

Esse contexto de época ajuda a entender por que a proposta do IIHA – que pretendia criar, via pesquisa científica, uma força motriz endógena de desenvolvimento – colidia frontalmente com interesses hegemônicos sobre a Amazônia.

A discussão sobre o projeto – envolto em polêmicas, em especial relativas à soberania nacional – teve curta sobrevida. Realizaram-se quatro conferências com a finalidade de delimitar a estrutura e o funcionamento do Instituto: Belém e Cidade do México em 1947 e Iquitos e Manaus em 1948. Nelas ficou clara a divergência de enfoques: a Unesco propunha a transformação da região numa plataforma mundial de pesquisas, um espaço multinacional da ciência; o Brasil e demais países amazônicos queriam soluções imediatas para o aproveitamento econômico dos recursos naturais e melhoria no provimento dos serviços públicos[72].

Enquanto as conferências tentavam conciliar as posições, no ambiente político nacional crescia a desconfiança de que o Instituto mascarava interesses ocultos – percepção alimentada por militares e políticos nacionalistas. A polêmica atingiu o ápice quando veio a público uma minuta de estatuto, apresentada numa das conferências, segundo o qual o Conselho do IIHA atuaria como instância deliberativa máxima, sem necessidade de anuência dos países pan-amazônicos[73]. Diante da polêmica, do impasse e do temor pela soberania, o projeto foi abandonado.

Sete lagos, um "mar interior": o megaprojeto que quase redesenhou a Amazônia

Ainda no contexto da Guerra Fria e da disputa geopolítica pela influência nos países subdesenvolvidos, o debate sobre a soberania e o desenvolvimento da Amazônia encontrou, na segunda metade da década de 1960, um novo capítulo, quando o Instituto Hudson apresentou – durante a Conferência Latino-Americana de Desenvolvimento, realizada em Nova York de 16 a 19 de outubro de 1964 – o Projeto dos Grandes Lagos na Amazônia[74].

---

71 Também como parte dos acordos assinados estava o apoio financeiro dos Estados Unidos para a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e da Companhia Vale do Rio Doce (Vale), ficando o compromisso do Brasil de fornecer minérios estratégicos para a indústria bélica americana.

72 Para uma visão mais detalhada sobre o assunto, recomenda-se: Maio; Sá (2000), Magalhães (2006) e Magalhães; Maio (2007).

73 A região da Pan-Amazônia engloba os países que possuem áreas da floresta Amazônica em seu território: Brasil, Colômbia, Peru, Equador, Bolívia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa.

74 O Instituto Hudson foi criado em 1961 para ser um *think tank* de estudos estratégicos e interdisciplinares envolvendo economia, cultura, relações internacionais e tecnologia.

Conforme a proposta, a Amazônia caracterizava-se como área transnacional de baixa densidade demográfica, praticamente inexplorada[75] Sua matriz econômica assentava-se na economia de subsistência, com pouca atratividade para a iniciativa privada e baixo interesse governamental. Entretanto, caso adequadamente estimulada, detinha promissor potencial de desenvolvimento. Era isso que a proposta pretendia fazer: integrar logisticamente as economias pan-amazônicas, viabilizando a exploração dos seus recursos naturais.

Para tanto, o projeto previa seis eixos estratégicos que comporiam um sistema logístico integrado por sete lagos artificiais:

(i) Eixo Chodó, no noroeste da Colômbia: previa a construção de duas barragens, dois lagos artificiais, uma hidrelétrica e um sistema de canais hidroviários conectando o Pacífico ao Atlântico;

(ii) Eixo Caquetá, subsidiário ao Chodó, também na Colômbia: previa a construção de uma barragem e hidrelétrica no rio Caquetá, ampliando o sistema hidroviário de Chodó;

(iii) Eixo Pimichim, na fronteira Colômbia-Venezuela: previa a construção de duas barragens nos rios Atabapo e Guainía, criando rota alternativa ao canal de Casiquiare, conectando as bacias do Amazonas e do Orenoco;

(iv) Eixo Amazonas Peruano: previa a construção de uma barragem no rio Ucayali, viabilizando uma hidrovia até o Amazonas e outra no rio Napo (fronteira Peru-Equador);

(v) Eixo Leste Boliviano: previa a criação de uma conexão fluvial da Bolívia com o Pacífico e com o Peru por represamento dos rios Madre de Dios e Beni, além de conexão entre os rios Mamoré e Guaporé pela construção de barragens em ambos os rios e formação de uma hidrovia decorrente de um lago artificial. Este projeto previa a criação de uma longa via logística de conexão entre as cidades de Buenos Aires e Belém via integração das bacias dos rios Guaporé, Mamoré e Amazonas;

(vi) Eixo Grande Lago Amazônico: previa o represamento do rio Amazonas entre as cidades de Óbidos e Monte Alegre, criando um "mar interior" (um "mediterrâneo Amazônico") e uma via logística e econômica de integração interiorana entre Brasil, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai e Argentina.

O sistema proposto envolvia a formação de grandes lagos que, além de gerar energia hidrelétrica, permitiriam o acesso de navios de grande calado ao interior da Amazônia. Esse acesso facilitaria a exploração de reservas minerais estratégicas nos espinhaços andinos e estimularia as atividades madeireira, agrícola e petrolífera. Assim, o projeto criaria uma via logística para o chamado Arco Andino-Amazônico, considerado estratégico para o desenvolvimento sul-americano.

Ainda sobre o projeto, convém destacar adicionalmente dois pontos. No plano apresentado, havia a perspectiva de deslocamento de 750 mil pessoas, número estimado da população diretamente atingida, sem qualquer menção mais detalhada sobre impactos sociais e ambientais. Ademais, para subsidiar a elaboração do desenho estratégico do sistema logístico proposto, foi disponibilizado um conjunto de mapas extremamente precisos e detalhados produzidos pela Força Aérea dos EUA sobre a Amazônia.

75 Para maiores informações sobre o Projeto dos Grandes Lagos Amazônicos, ver: Pinto (2013; 2019) e Queiroz (2012; 2014).

Fundamental notar que os EUA já estudavam a geografia e as potencialidades econômicas da região. Em 1952, o Brasil firmou um acordo militar que permitiu a militares norte-americanos levantar cartas aeronáuticas do território brasileiro – base cartográfica que sustentou o Projeto dos Grandes Lagos e, mais tarde, com informações complementadas pelo Projeto Radam (1970-1985), grandes projetos minerários, hidrelétricos e agropecuários no bojo do Projeto Grande Carajás, iniciado em 1982[76].

Voltando ao ponto central, o Projeto dos Grandes Lagos na Amazônia – a exemplo do IIHA – tornou-se alvo de polêmicas. O Instituto Hudson foi acusado de atuar como "testa de ferro" da *Central Intelligence Agency* (CIA) dos EUA; outros afirmam que a iniciativa partiu da Embaixada do Brasil em Washington, a pedido de Roberto Campos, então ministro do Planejamento[77].

Em meio à controvérsia, vozes políticas temeram que o plano abrisse a porta a interesses internacionais[78]. O Itamaraty, motivado pela repercussão, encomendou a três diplomatas um relatório reservado que concluiu: (i) o Instituto mantinha relações com o Departamento de Defesa dos EUA, de onde provinha parte de seus recursos; (ii) as premissas eram insustentáveis, pois alagariam as melhores áreas agrícolas, alterariam o ciclo hidrológico, impactariam fauna e flora e prejudicariam as cadeias de juta e borracha; (iii) tratava-se de "mal-disfarçada" tentativa de internacionalizar a Amazônia (RBPI, 1968 *apud* Queiroz, 2012; 2014).

A polêmica teve uma importante consequência, estimulou no Brasil o debate sobre a "questão Amazônia" e a soberania territorial. É nesse contexto que, em 1968, a Escola Superior de Guerra (ESG) publicou um documento apresentando um conjunto de diretrizes de segurança nacional para a região, com destaque para:

(i) Criação de um projeto nacional para o desenvolvimento da região[79];

(ii) Melhoria no sistema logístico, com ênfase no transporte e na comunicação;

(iii) Adensamento demográfico, com estabelecimento de núcleos fronteiriços;

(iv) Criação de zonas francas com a regulamentação de uma estratégia de concessão de incentivos e isenções fiscais para a atração de investimentos industriais.

---

76 Apenas para complementar as informações, o esboço inicial do Projeto Grande Carajás fora elaborado no início da década de 1970 após a descobertas de reservas minerais estratégicas. Porém, a reserva de minérios da serra dos Carajás já tinha sido mapeada em 1962.

77 Segundo o jornalista Lúcio Flávio Pinto — testemunha ocular que chegou a visitar o Hudson Institute —, "[...] ao contrário do que se argumentava no Brasil – e ainda se fala nisso, em certos lugares – o plano dos 'Grandes Lagos Amazônicos', na minha opinião, não foi um complô da CIA, para destruir o Amazonas e a economia do Brasil. Foi proposta de um planejador desvairado, funcionário do Hudson Institute, que a pedido do embaixador brasileiro em Washington criara esse plano para o 'desenvolvimento da Amazônia'" (Pinto, 2013). O "planejador desvairado" era Robert Panero. Pinto acrescenta que quem encomendou o estudo foi Roberto Campos, então ministro do Planejamento; contudo, ao tomar ciência do conteúdo, Campos teria se desvinculado da iniciativa.

78 Dentre as vozes que se manifestaram na época contrárias ao empreendimento, podem ser citados: os deputados Hermano Alves, Gastone Righi e Bernardo Cabral, além do então governador do Amazonas Ferreira Reis.

79 Apesar da mudança de governo, com a ruptura institucional de 1964, a lógica do nacional-desenvolvimentismo foi preservada.

Fica nítido o alinhamento dessas diretrizes com a Operação Amazônia (1966). Em síntese, as polêmicas de soberania — IIHA e Grandes Lagos —, somadas à memória de eventos pretéritos, criaram a ambiência política que sustentou políticas públicas nacionais para a região manifestas na lógica de integração geográfica, ocupação demográfica e exploração econômica. A partir de então, a história econômica da região entrou em novos capítulos:

(i) a Operação Amazônia com os seus principais desdobramentos — Programa de Integração Nacional (PIN), Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) e o seu rebatimento macrorregional no Primeiro Plano de Desenvolvimento da Amazônia (I PDA);

(ii) o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), o seu espelho macrorregional no Segundo Plano de Desenvolvimento da Amazônia (II PDA) e o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA);

(iii) e o Programa Grande Carajás com o ciclo dos grandes projetos (mineração, hidrelétricas, agropecuária e extrativismo de madeira).

CONCLUSÃO

A história da Amazônia é marcada por uma constante tensão entre as contradições do progresso econômico, a ambição internacional e a necessidade premente de afirmação da soberania nacional. Os episódios analisados ao longo deste artigo demonstram que essas disputas não foram pontuais ou episódicas, mas sim estruturantes e determinantes para a configuração territorial, econômica e social da região. A compreensão das dinâmicas envolvidas nesses episódios – muitos dos quais esquecidos ou ignorados – contribui para contextualizar criticamente as atuais controvérsias sobre sustentabilidade, soberania e futuro da Amazônia.

Desde o período colonial, percebe-se que a presença efetiva de Portugal na Amazônia foi inicialmente impulsionada pelo receio da ocupação estrangeira, sobretudo diante do desinteresse espanhol. O estabelecimento de fortes – como o do Presépio, de Gurupá e de Macapá –, a expedição de Pedro Teixeira e a definição inicial das fronteiras representaram esforços para evitar a penetração holandesa, inglesa e francesa. Essas ações iniciais criaram uma dinâmica de ocupação preventiva e defensiva, refletindo-se, até hoje, na abordagem securitária frequentemente adotada para questões amazônicas.

A tentativa frustrada de criação da República Amazônica pelo oficial norte-americano Matthew Fontaine Maury revelou como interesses externos poderiam aproveitar-se da instabilidade interna de outros países para promover expansões geopolíticas disfarçadas de projetos econômicos e sociais. O plano de Maury, que previa a transferência de parte da estrutura escravocrata do sul dos Estados Unidos para a Amazônia, foi exemplar nesse sentido: ilustra como a região já esteve no centro de disputas geopolíticas internacionais antes mesmo de tornar-se economicamente estratégica para o Brasil. Embora a República Amazônica nunca tenha se concretizado, o episódio acendeu, já no século XIX, um alerta quanto à vulnerabilidade da região diante de interesses externos.

A polêmica envolvendo a República do Acre e o Bolivian Syndicate também revelou, já na passagem do século XIX para o XX, como os recursos naturais amazônicos poderiam

ser objeto de estratégias empresariais e geopolíticas internacionais. A ação diplomática do Barão do Rio Branco para assegurar a soberania brasileira sobre o Acre constituiu uma reação bem-sucedida frente à ameaça representada pela atuação estrangeira na região. É importante destacar que o êxito diplomático brasileiro nesse episódio não apenas preservou a soberania nacional, mas estabeleceu precedentes importantes para futuras negociações internacionais envolvendo a Amazônia.

Por outro lado, a expedição alemã Amazonas-Jari e os planos nazistas na região, especialmente a denominada Operação Guiana, evidenciaram um contexto ainda mais alarmante: durante a Segunda Guerra Mundial, a Amazônia, em função de sua localização regional e da abundância de recursos naturais – especialmente minérios (ouro e prata) e látex –, passou a ser considerada estratégica para o conflito mundial. A proposta alemã para criar uma colônia de povoamento ariano na região amazônica – embora não concretizada – revelou a extensão dos planos de apropriação territorial em escala global. A descoberta recente da cruz nazista no Amapá, evidenciando a presença alemã nos anos 1930, recorda que o interesse pela Amazônia não foi exclusividade de nações vizinhas ou tradicionalmente colonialistas, mas também de potências bélicas distantes, com ambições expansionistas claramente delineadas.

A iniciativa da criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA), no pós-guerra, trouxe um tipo diferente de ameaça: a internacionalização sob a justificativa científica e ambiental. Embora o instituto tivesse uma proposta inovadora – disruptiva para a época e, até mesmo, visionária – e pudesse contribuir para um modelo sustentável de desenvolvimento, acabou rechaçado por setores nacionalistas brasileiros que temiam a ingerência estrangeira disfarçada sob a proposta de cooperação internacional. Este episódio demonstra como mesmo iniciativas bem-intencionadas podem suscitar receios profundos relacionados à soberania. O desfecho do IIHA foi emblemático, pois influenciou profundamente o pensamento estratégico brasileiro sobre desenvolvimento e defesa da Amazônia nas décadas seguintes.

O Projeto dos Grandes Lagos na Amazônia, já na segunda metade dos anos 1960, reacendeu as mesmas polêmicas, revelando que a preocupação com a soberania na Amazônia persistia. A iniciativa do Instituto Hudson, que propunha represar rios amazônicos para criar um conjunto de lagos e hidrovias, provocou intenso debate sobre os limites da soberania nacional e o verdadeiro interesse internacional por trás de propostas aparentemente voltadas ao desenvolvimento regional. Esse episódio, embora pouco conhecido fora dos círculos especializados, reforçou a percepção estratégica da Amazônia como um espaço que deveria ser ocupado e protegido, não apenas integrado economicamente.

De forma transversal, todos esses eventos históricos mostram como a Amazônia sempre esteve inserida em disputas geopolíticas complexas, entrelaçando interesses econômicos, militares, científicos e ambientais. Observa-se, ao longo dos séculos, que o padrão recorrente é a região ser objeto de ações externas ou decisões políticas nacionais baseadas em lógicas exógenas à sua realidade social e cultural. Os conflitos mencionados ilustram como a questão amazônica ultrapassa fronteiras geográficas, políticas ou econômicas: trata-se, fundamentalmente, de uma disputa por modelos de desenvolvimento, visão estratégica e relações globais de poder.

Atualmente, quando a Amazônia ocupa posição central nos debates sobre mudanças climáticas, biodiversidade e desenvolvimento sustentável, revisitar esses episódios

históricos pouco conhecidos torna-se imprescindível para evitar a repetição de erros estratégicos cometidos no passado. É fundamental compreender as disputas históricas para melhor instrumentalizar decisões futuras, especialmente em contextos em que as pressões internacionais por preservação continuam intensas, frequentemente conflitantes e muitas vezes contraditórias.

Nesse sentido, resgatar a memória desses eventos representa mais do que um exercício historiográfico; constitui uma estratégia para informar a sociedade e tomadores de decisão sobre os riscos e oportunidades associados à Amazônia. Torna-se necessário abandonar posturas simplistas ou binárias em relação à região, substituindo-as por abordagens que integrem, de fato, soberania nacional, cooperação internacional, sustentabilidade ambiental e inclusão social. A postura que se efetivamente requer exige uma mudança de paradigma: as ações não podem mais ser pensadas na Amazônia, mas devem ser elaboradas para a Amazônia com protagonismo e inclusão dos amazônidas. Não existe nenhuma possibilidade de se alcançar a tão almejada sustentabilidade ambiental sem antes resolver o problema da exclusão social e da ausência de liberdades instrumentais fundamentais.

Em outras e derradeiras palavras: a Amazônia permanece como espaço complexo e disputado em múltiplas escalas, sujeito às tensões entre interesses locais, nacionais e internacionais. Ao resgatar sua memória geopolítica, evidencia-se que o futuro da região não pode ser decidido por iniciativas isoladas ou por interesses unilaterais, sejam eles internos ou externos. Ao contrário, a experiência histórica indica a urgência de construir uma política estratégica que leve em conta tanto a necessidade de conservar sua riqueza socioambiental quanto de, a partir dela, desenvolver economicamente seus habitantes, garantindo-lhes protagonismo nas decisões que moldarão o futuro da Amazônia. Só assim será possível superar os ciclos históricos de vulnerabilidade, conflito e exploração, abrindo caminho para um modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável, socialmente inclusivo e economicamente viável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. *O Equilíbrio do Poder:* Estados, Sociedades e o Futuro da Liberdade. Lisboa: Temas e Debates, 2020.

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. *Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza*. Elsevier Brasil, 2012.

ANTAS, J.B.C.M. *O Amazonas:* breve resposta à memória do tenente da armada americana-inglesa F. Maury sobre as vantagens da livre navegação do Amazonas. Rio de Janeiro: FUNAG/CHDD, 2013.

ANTUNES, E.J. *O Amazonas.* Correio Mercantil. Anno X. Rio de Janeiro, quarta-feira, 30 de novembro de 1853. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=217280&pagfis=2848. Acesso em: 24 jan. 2024.

BANDEIRA, L. A. M. *O Barão de Rothschild e a questão do Acre.* Primeira Instância. Rev. Bras. Pol. Int. 42 (2). Dez 2000.

BUCHANAN, J. M., TULLOCK, G. *The Calculus of Consent:* Logical Foundations of Constitutional Democracy. Michigan: University of Michigan Press, 1962.

BUTLER, E. *Escolha pública:* um guia. São Paulo: Bunker Editorial, 2015.

CAVLAK, I. *Em torno das origens da Guiana Francesa:* dos primórdios ao século XIX. PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP. Macapá, v. 9, n. 3, p. 63-71, dez. 2016.

CAVLAK, I. *A História do Norte da América do Sul:* Brasil, Guianas e Suriname. XXVIII Simpósio Nacional de História. Natal – RN, 22 a 26 de julho de 2013.

DA COSTA, E. J. M. A Amazônia, Sustentabilidade e Soberania: estabelecendo a Arena para os debates durante a COP 30 em Belém. *Paper do NAEA,* Volume 1, N° 1 (Edição 572) ISSN 15169111, 2024. DOI: 10.18542/papersnaea.v1i1.16818. Disponível em: https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/16818. Acesso em: 06 abr. 2025.

DA COSTA, E. J. M. A cultura como chave para a dependência da trajetória na teoria institucionalista de Douglass North. *Nova Economia,* v. 29, n. especial, p.1359-1385 2019. DOI: 10.1590/0103-6351/5813. Disponível em: https://www.scielo.br/j/neco/a/GCGHQVvBsBSGZtfvZXtBnbH/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 06 abr. 2025.

DA COSTA, E. J. M. Cultura, Instituições e Desenvolvimento. *CADERNOS CEPEC,* Belém, 11(1): 01-23, Jan./Jun. 2022. DOI: 10.18542/cepec.v11i1.13458. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/cepec/article/view/13458. Acesso em: 06 abr. 2025.

DA COSTA, E. J. M.; BORBA, D. de A. AS ORDENS SOCIAIS COMO PARADIGMA DE ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. *Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho, [S. l.]*, v. 13, n. 2, p. 65–89, 2025. DOI: 10.21680/2316-5235.2024v13n2ID36746. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/rerut/article/view/36746. Acesso em: 06 abr. 2025a.

DA COSTA, E. J. M.; BORBA, D. de A. A Nova Economia Política do Desenvolvimento: A Teoria das Ordens Sociais e a Análise do Desenvolvimento numa Perspectiva Historiográfica. *Cadernos CEPEC,* [S.l.], v. 14, n. 1, jul. 2025. ISSN 2238-118X. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/cepec/article/view/16199. Acesso em: 30 jul. 2025.

DA COSTA, E.J.M.; ZURUTUZA, J.D.C.; DA SILVA, T.V. *A Lei Kandir e a Derrocada do Federalismo Brasileiro.* Belém, PA: Marques Editora, 2017.

DA COSTA, E.J.M.; DIAS, E.S.S.; DA SILVA, T.V. *A Lei Kandir e o Estado do Pará:* Inconstitucionalidades, Perdas e Impactos na Capacidade de Promoção de Políticas Públicas. Belém: Marques Editora, 2015.

EPE. *Plano Nacional de Energia 2030.* Empresa de Pesquisa Energética Brasília: EPE, 2007. Disponível em: https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/Plano-Nacional-de-Energia-PNE-2030. Acesso em: 20/02/2024.

G1 AP. Cruz Nazista fincada há 86 anos em sepultura é encontrada caída, no Amapá. G1, Amapá. 05/07/2022. Disponível em: https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2022/07/05/cruz-nazista-fincada-ha-86-anos-em-sepultura-na-amazonia-e-encontrada-caida-no-amapa.ghtml. Acesso em: 03 mar. 2024.

GRANGER, S. *Le Contesté franco-brésilien: enjeux et conséquences d'un conflit oublié entre la France et le Brésil.* Outre-Mers n° 372-373, p 157-177. Paris, 2° semestre de 2011.

LIMA, S. E. M; COUTINHO, M. C. S. *Pedro Teixeira, a Amazônia e o Tratado de Madri.* Brasília: FUNAG, 2016.

LUZ, N. V. *A Amazônia para os Negros Americanos:* Origens de uma Controvérsia Internacional. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

MAGALHÃES, R. C. S. Desenvolvimento, ciência e política: o caso do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (1946-1951). Dissertação de Mestrado em História das Ciências e da Saúde. *Fundação Oswaldo Cruz*, Rio de Janeiro, 2006.

MAGALHÃES, R. C. S; MAIO, M.C. Desenvolvimento, ciência e política: o debate sobre a criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica. *História, Ciências, Saúde.* Manguinhos 14 (suppl). Dez 2007.

MAIO, M. C.; SÁ, M.R. Ciência na periferia: a Unesco, a proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e as origens do Inpa. *História, Ciências, Saúde.* Manguinhos. Rio de Janeiro, v.6 (supl.), p.975-1017. 2000.

MAURY-CORBIN, D.F. *Matthew Fontaine Maury – Biography.* 1888. Disponível em: https://en.wikisource.org/wiki/Matthew_Fontaine_Maury/9. Acesso em: 07 mar. 2024. Exported from Wikisource on January 24, 2024.

MENEZES, M. L. P.; FERNANDES, N. N. As Capitais do Acre: A Cidade e os Poderes. Scripta Nova. *Revista Electrónica de Geografia y Ciencias Sociales* 45 Universidad de Barcelona. Vol. IX, núm. 194 (106), 1 de agosto de 2005. Disponível em: https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-106.htm. Acesso em: 28 fev. 2024.

MIRANDA, E. E. *Quando o Amazonas corria para o Pacífico:* uma história desconhecida da Amazônia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MOORE JUNIOR, B. *As origens sociais da ditadura e da democracia:* senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

NEHER, C. *A expedição que popularizou a Amazônia no Terceiro Reich.* DW História, 16/03/2020. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/a-expedi%C3%A7%C3%A3o-que-popularizou-a-amaz%C3%B4nia-no-terceiro-reich/a-52696502. Acesso em: 02 mar. 2024.

NORTH, Douglass C.; WALLIS, John Joseph; WEINGAST, Barry R. *Violence and Social Order:* a conceptual framework for interpreting recorded human history. Cambridge: Cambridge University Press, 2009a.

NORTH, Douglass C.; WALLIS, John Joseph; WEINGAST, Barry R. Violence and the rise of open-access orders. *Journal of democracy*, v. 20, n. 1, p. 55-68, 2009b.

OLIVEIRA, G. Os nazistas queriam criar uma "Guiana Alemã" no Amapá. *SalesNafes.* 22, maio, 2018. Disponível em: https://selesnafes.com/2018/05/os-nazistas-queriam-criar-uma-guiana-alema-no-amapa/. Acesso em: 06 mar. 2024.

PACHECO, J. Sepultura nazista isolada no Amapá revela projeto secreto de colonização alemã na Amazônia. *G1*, Amapá. 24/11/2017. Disponível em: https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/sepultura-nazista-isolada-no-amapa-revela-projeto-secreto-de-colonizacao-alema-na-amazonia.ghtml. Acesso em: 03 mar. 2024.

PEREIRA, I. M. M. *Une histoire oubliée, la Guyane française sous l'occupation portugaise (1809-1817).* Paris: Les Indes Savantes, 2022.

PINTO, L. F. O Brasil e os Grandes Lagos. *Amazônia Hoje*, 06/28/19. Disponível em: https://amazoniahj.wordpress.com/2019/06/28/o-brasil-e-os-grandes-lagos/. Acesso em: 28 fev. 2024.

PINTO, L. F. A CIA e os lagos artificiais na Amazônia. *O Jornal de Todos os Brasis.* Publicado em 29 de abril de 2013. Disponível em: https://jornalggn.com.br/brasil/a-cia-e-os-lagos-artificiais-na-amazonia/. Acesso em: 28 fev. 2024.

QUEIROZ, F. A. Seria a Hileia uma Arena de Baixo Custo na Lógica de Poder da Guerra Fria? O Caso dos Grandes Lagos Amazônicos (1964-1968). *OPSIS*, Catalão-GO, v. 14, n. Especial, p. 266-286, 2014.

QUEIROZ, F. A. *Hidropolítica e segurança:* as bacias platina e amazônica em perspectiva comparada. Brasília: FUNAG, 2012.

SAMPAIO, M.C.S.C. *A Amazônia no Olhar Imperialista:* A história ainda pouco explorada do projeto do norte-americano Matthew Fontaine Maury para a Amazônia na década de 1950. Canoa do Tempo. Edição v.11(01), 2019.

SANTIAGO, A. Cruz nazista é vista caída no Amapá: o que Hitler queria na Amazônia? *Portal UOL*, 08/07/2022. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/07/08/cruz-nazista-amazonia-expedicao-jari-amapa.htm. Acesso em: 02 mar. 2024.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade.* São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, L. M. S. A. *Império na selva: representações do imperialismo e a expedição amazônica de Otto Schulz-Kampfhenkel (1935-38). Dissertação de Mestrado.* Universidade Nova de Lisboa, 2019.

TULLOCK, G.; SELDON, A.; BRADY, G. L. *Government failure:* a primer in public choice. Washington, D.C.: Cato Institute, 2002.

VARGAS, G. Discurso do Rio Amazonas. *Revista Brasileira de Geografia*, p. 259-262, 1942.

ZALIS, P.; GARATTONI, B. *Nazistas na Amazônia.* Super Interessante. Publicado em 27 mar. 2012. Disponível em: https://super.abril.com.br/historia/nazistas-na-amazonia. Acesso em: 03 mar. 2024.